

# POVO LIVRE

## LIDERAR A OPOSIÇÃO, GOVERNAR MELHOR



Luís Montenegro, que participava na tomada da Comissão Política Distrital do PSD da Guarda, dia 22, afirmou que o objetivo do PSD é escrutinar de forma “vigilante” o Governo e “dar ao país” a orientação “que tem faltado nos últimos anos”. O PSD não quer ser protagonista da oposição de mero “protesto”, de “criticar por criticar” ou de “propor comissões de inquérito parlamentar à razão de uma semana”

### ACREDITAR

9 PSD

#### OS SETE PECADOS CAPITAIS DE ANTÓNIO COSTA

Hugo Soares acusa o PS de “preguiça” na governação, de não ter feito nenhuma reforma estrutural nem de preparar o país para as dificuldades. A preguiça é um dos sete pecados capitais de António Costa e dos governos socialistas

25 LOCAIS

#### ORÇAMENTO DO PORTO CONSAGRA PROPOSTAS DO PSD

O PSD do Porto, presidido por Alberto Machado, considera que o orçamento da autarquia para 2023 encontra-se melhorado e dá mais respostas aos problemas concretos dos cidadãos e empresas do concelho

31 REGIONAIS

#### PSD DA MADEIRA CONGRATULA-SE COM ORÇAMENTO REGIONAL

O Conselho Regional do PSD/Madeira, reunido no dia 26, na Calheta, enalteceu “o extraordinário trabalho” que tem sido desenvolvido pelo executivo madeirense, para minimizar os impactos da espiral inflacionária



# O PESADO ORÇAMENTO DO ESTADO 2023

**Quando o Estado se confunde com um partido, a fatura fica para os contribuintes.**



**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

Sem surpresa nem novidade, o Orçamento do Estado de 2023 foi aprovado no Parlamento pela maioria socialista.

Surpresa terá havido, sim – ou, talvez não... – na forma como a maioria democrática se comportou com tiques de absolutismo, confundindo os seus interesses específicos com os interesses reais do país.

Esse registo do “quero, posso e mando” foi particularmente evidente nos impressionantes 97% (noventa e sete por cento) de chumbos às propostas de alteração ao Orçamento apresentadas por toda a oposição, da esquerda à direita, o que diz muito da vontade de diálogo e de abertura democrática por parte do governo. Ao invés, e sem surpresa também, todas as propostas oriundas no grupo parlamentar socialista foram positivamente acolhidas.

Seriam frágeis e pouco substantivas as propostas apresentadas pela oposição? Não, de todo. Por isso, que fique claro que o governo preferiu ignorar alternativas construtivas em nome de uma obsessão ideológica, num registo autocrático característico de quem confunde o Estado com um partido. Sendo atendível e compreensível o argumento de as maiorias parlamentares permitirem uma governação mais estável e de acordo com a ideologia sufragada, tal não é compaginável com uma ausência de diálogo democrático ou o desrespeito pela oposição.

Podemos, pois, considerar que este não é um Orçamento do Estado dos Portugueses, é, sim, um Orçamento de Estado do Partido Socialista.

No ano de 2023, Portugal e os Portugueses terão um Orçamento que se distingue pela avidez insaciável de cobrar impostos a tudo e a todos. As

promessas vãs de aumento de rendimentos são, na verdade, um adiamento de responsabilidades e, mais grave, evidenciam uma gritante falta de capacidade de resposta à crescente diminuição do poder de compra das famílias portuguesas em função da inflação com que vivemos.

Como Orçamento socialista que é, as reformas estruturais que o nosso país tão urgentemente precisa são reduzidas a menos do que um conjunto de intenções cujo único resultado efetivo será o de aprofundar o depauperamento geral do Estado, levando-nos a caminhar irremediavelmente para o colapso estrutural perante esta inércia e incapacidade governativa. E basta observarmos o esbanjar de dinheiros públicos que está a acontecer na “gestão” de dossiers como os da EFACEC e da TAP para concluirmos que estamos perante um governo desorientado, cansado, sem ideias, em claro fim de ciclo, conduzido por um primeiro-ministro cuja capacidade de liderança já é considerada, para um número crescente e cada vez mais maioritário de portugueses, verdadeiramente criticável.

Neste contexto, percebe-se a pouca surpresa com que foi recebida a notícia de que, já em 2024, a Roménia irá ultrapassar Portugal ao nível do PIB per capita. A ineficácia do governo socialista, que nos leva a ficarmos cada vez mais pobres e menos competitivos junto dos nossos parceiros europeus, é um facto indesmentível – e já não é surpresa para ninguém.

Felizmente, há uma alternativa em consolidação que dará esperança a Portugal e aos Portugueses. Eu acredito, nós acreditamos, cada vez mais pessoas acreditam.

# PORTUGAL É HOJE UM PAÍS MAIS POBRE DO QUE EM 2015

Luís Montenegro considera que, “ao contrário do que diz o Governo”, paira hoje no país “uma perspetiva de desesperança, de falta de ambição e de soluções para inverter” a situação presente. Perante dificuldades conjunturais, mas também necessidades estruturais, salienta o líder do PSD, o Governo não dá “soluções para atrair investimento, criar mais riqueza”, não tem “ambição” ou limita-se a “cobrar mais impostos ou a cortar no investimento público, ou então a fazer as duas coisas ao mesmo tempo”.

O Presidente do PSD, que falava após a votação final global do Orçamento do Estado de 2023, no Parlamento, na sexta-feira, criticou a atuação do Governo “na vida real dos portugueses”, que “estão hoje a sofrer o aumento dos preços dos bens essenciais, da alimentação e dos custos da habitação”. “Por detrás das estatísticas, está um sistema de saúde que não responde às necessidades, um sistema de educação que deixa 60 mil alunos sem aulas no primeiro dia, onde milhares de jovens têm dificuldades extremas em aceder ao mercado de habitação”, apontou.

Num comentário à notícia do semanário “Expresso” de 25 de novembro, segundo a qual a Roménia irá ultrapassar Portugal, em 2024, no PIB per capita, Luís Montenegro aproveitou para criticar o fracasso dos governos socialistas, que agravaram a trajetória de empobrecimento de Portugal e levaram à perda de competitividade em relação aos parceiros europeus. “Temos vindo a chegar-nos para a cauda da Europa. Portugal, em vez de estar a caminho do pelotão da frente, está numa posição de carro vassoura da Europa e a ser ciclicamente ultrapassado. Portugal é hoje um país claramente mais pobre do que em 2015, quando o dr. António Costa e o PS chegaram ao Governo”, sublinhou.

Luís Montenegro criticou ainda o Governo por se queixar das polémicas que “ele próprio motiva” e se vê envolvido. “Eu pergunto qual foi o caso que afetou um membro do Governo que teve origem na oposição? Todos os casos radicaram em intervenções absolutamente infelizes ou despropositadas do Governo ou então em circunstâncias que tiveram a ver com o exercício de funções, com uma agravante: sempre com grande cobertura e cumplicidade do Primeiro-Ministro”, salientou.

“O país está sempre na mesma, ou pior”, concluiu.



”

**Os portugueses estão hoje a sofrer com o aumento dos preços dos bens essenciais, da alimentação e dos custos da habitação**

Luís Montenegro



LUÍS MONTENEGRO NA GUARDA

# LIDERAR A OPOSIÇÃO GOVERNAR M

O PSD não quer ser protagonista c

”

O país precisa de  
exigência, precisa  
de escrutínio

Luís Montenegro



# ÃO, MELHOR

da oposição de mero “protesto”



Luís Montenegro diz que o objetivo do PSD é escrutinar de forma “vigilante” o Governo e “dar ao país” a orientação “que tem faltado nos últimos anos”. O PSD não quer ser protagonista da oposição de mero “protesto”, de “criticar por criticar” ou de “propor comissões de inquérito parlamentar à razão de uma semana”.

“Nós vamos ser bons a fazer oposição, para sermos muito melhores, depois, a governar o país. E o país precisa dessa oposição, precisa da exigência, precisa da vigilância, precisa do escrutínio. As coisas que acontecem e que não são bem explicadas têm de ser explicadas. E nós, não nos vamos cansar de exigir do Governo, do Primeiro-Ministro, as explicações. Sobretudo, daquilo que é importante e que vai acontecendo em Portugal”, afirmou.

Luís Montenegro, que participava na tomada de posse dos órgãos da Comissão Política Distrital do PSD da Guarda, dia 22, voltou a denunciar as intromissões do Governo quer junto do sistema financeiro quer junto do regulador central, o Banco de Portugal. “Viemos a saber que o ex-governador do Banco de Portugal denunciou que o senhor Primeiro-Ministro quis intervir e interferir diretamente no exercício, precisamente dessa função independente, a propósito da atribuição, ou não, da idoneidade a uma pessoa para



fazer parte da administração de uma instituição bancária. E nós não nos vamos eximir a exigir do senhor Primeiro-Ministro o esclarecimento cabal dessa situação”, garantiu.

O Presidente do PSD lembrou, ainda, que “terá havido um esquema premeditado de desvalorização de um ativo financeiro no caso do BANIF que estava num processo de venda e que nas costas do regula-

dor e nas costas do país, aparentemente, o Governo e o Primeiro-Ministro, andavam já, em Bruxelas e em Frankfurt, a apresentar o cenário da resolução”.

Luís Montenegro insta o Primeiro-Ministro a esclarecer “o que é que disse, se disse, ao ex-governador do Banco de Portugal, a propósito do reconhecimento da idoneidade ou não da engenheira Isabel dos San-

tos, para ser administradora do BIC, depois EuroBic”. E acrescentou: “O senhor Primeiro-Ministro vai ter que dizer se andava ou não andava já, a colocar o cenário da resolução ou da pré-resolução em cima da mesa com o Banco Central Europeu e com a Comissão Europeia, que fez com que o Banif não fosse vendido por um preço que o mercado lhe estava a atribuir (...) e se isso não foi intencional”.







O líder do PSD considera que “há duas coisas em que os socialistas fazem sempre bem: Powerpoints, anúncios e intenções, e depois descansar nisso”.

Luís Montenegro conclui que Portugal “precisa de uma alternativa política, precisa de uma nova orientação” e de “pensar no futuro, como queremos tratar o nosso território,

fixar pessoas, reter o talento dos jovens, como queremos criar mais riqueza e ganhar a competição com outras geografias”, mas “não a pensar nos comboios de 2050, porque este mesmo mapa [ferroviário] foi apresentado há, pelo menos, 10, 15 anos”.

”

**“Há duas coisas em que os socialistas fazem sempre bem: Powerpoints e depois descansar”**

Luís Montenegro





## LUÍS MONTENEGRO EM VILA REAL O PS, QUE TANTO FALA DA COESÃO, QUER OU NÃO CRIAR O CONSELHO DA COESÃO TERRITORIAL

**A criação deste órgão permitiria uma “representação paritária” de todos os distritos**



Luís Montenegro desafia o PS a votar favoravelmente a proposta social-democrata de inscrição na Constituição do Conselho da Coesão Territorial, como órgão que irá assegurar “uma representação paritária” de todas as regiões do país.

Durante um jantar promovido pela Distrital do PSD de Vila Real, esta sexta-feira, o líder do PSD afirmou que esta é uma “boa oportunidade para passar das palavras aos atos”. “Eu quero daqui de Murça dizer ao PS, ao doutor António Costa, que, se realmente também estão empenhados em ter políticas que possam permitir mais igualdade de oportunidades, mais justiça ao longo do território, então tem uma boa oportunidade, vote favoravelmente esta proposta do PSD da criação deste Conselho da Coesão Territorial, da representação paritária desse órgão de todas as regiões e do reforço na lei eleitoral do aspeto da representação do território e não apenas da representação da população”, declarou.

Ao contrário do que acontece atualmente, o Presidente do PSD especificou que a proposta da criação

deste órgão irá “ajudar o Parlamento e o Governo no ato legislativo”, permitindo uma “representação paritária, onde todos os distritos são representados da mesma maneira”, ou seja, “uma representação não apenas fixada em função da sua população, mas fixada também em função do seu território”. Deste modo, os círculos eleitorais irão obedecer “no número de mandatos ao princípio da proporcionalidade, mas também ao princípio da representatividade”.

Luís Montenegro entende que não basta “falar” em coesão territorial, mas é uma “obrigação de todos os governos, sejam do PSD, sejam de outro partido” consagrar este princípio na Lei Fundamental.

“Eu desafio o PS, que tanto enche a boca com a sua preocupação com a coesão territorial, que até tem uma ministra que se designa da Coesão, embora ela já tenha em tempos dito que pertencia ao Governo mais centralista desde o 25 de Abril. (...) O PS quer ou não quer que isto seja uma prioridade na primeira lei da República Portuguesa”, insistiu.



# ANSIÃO PRECISA DE



## OS SETE PECADOS CAPITAIS DE ANTÓNIO COSTA

**Hugo Soares acusa o PS de “preguiça” na governação, de não ter feito nenhuma reforma estrutural nem de preparar o país para as dificuldades.**

Para o Secretário-geral do PSD, a preguiça é um dos sete pecados capitais de António Costa e dos governos socialistas.

O Secretário-geral do PSD, que participava num encontro de autarcas em Ansião, distrito de Leiria, no sábado, 26 de novembro, lembra que apesar de se cumprirem apenas “sete meses do atual Governo, já parece que já leva sete anos, tais são os disparates, os erros e as omissões”.

Hugo Soares começou por assinalar que o primeiro pecado capital da governação socialista é “a ganância de poder governar”, recordando que o PS se aliou a partidos de extrema-esquerda para firmar a geringonça.

“O dr. António Costa começou a sua governação com partidos que são pró-Rússia na invasão da Ucrânia”, apontou.

O segundo pecado é “a gula do PS, que ocupa todos os lugares no aparelho do Estado, querendo controlar tudo e todos”.

A luxúria – terceiro pecado – é mais uma marca da governação, quando temos um ministro [das Infraestruturas e da Habitação] que “ousa apresentar ao país três aeroportos de uma penada”, é “o PS das grandes obras públicas, das obras faraónicas, da Parque Escolar”.

A ira manifesta-se quando o Governo, a ministra da Agricultura, em particular, ameaçou a Confedera-

ção dos Agricultores de Portugal (CAP), seguindo a máxima de Jorge Coelho, de “quem se mete com o PS, leva”.

Hugo Soares aludiu ainda à “inveja” socialista das boas ideias – o quinto pecado –, considerando que “das centenas de propostas de alteração ao Orçamento do Estado, apresentadas pelos partidos da oposição, o PS conseguiu chumbar mais de 97%”.

O sexto “pecado” é a “preguiça do dr. António Costa” em gerir o dia a dia. “É governar à costa, junto ao mar, mas também à António Costa, sem horizonte”, acusou.



Finalmente, o sétimo e último pecado capital dos sete anos de governação do PS: a soberba. “É fácil de demonstrar. A arrogância deste PS vê-se todos os dias na Assembleia da República. A forma como não respeita os partidos da oposição, como chumba constantemente os requerimentos para os ministros prestarem contas. A arrogância do PS que usa a maioria absoluta como poder absoluto”, disse.

Hugo Soares referiu que “os serviços públicos estão como nunca estiveram nem mesmo em emergência”, “a saúde está um caos”, aumentaram “os tempos de espera para consultas e cirurgias”, “mais portugueses sem médico de família e a dívida do setor a aumentar ex-

ponencialmente”. “Temos um Serviço Nacional de Saúde à míngua. Nunca como agora num governo de esquerda, temos os privados a ganharem tanto dinheiro na saúde, porque o PS, que se diz o salvador do SNS, que o está a destruir todos os dias, obriga mesmo aqueles que não podem e não têm [recursos] a socorrer-se do setor privado e social”, salientou.

“Aquilo que são sete anos de governação socialista equivale aos sete pecados capitais. E a consequência disto é um Portugal cada vez mais pobre, o empobrecimento das pessoas, que têm dificuldades de acederem aos bens essenciais”, concretizou.

”

## Temos um Serviço Nacional de Saúde à míngua

Hugo Soares





# FRANCISCO FIGUEIRA QUER TORNAR O PSD NO PARTIDO “MAIORITÁRIO” EM ÉVORA

**O PSD quer construir uma região mais próspera, mais justa e com oportunidades para todos**

O novo presidente da Distrital de Évora do PSD, Francisco Figueira, traçou como objetivo para o seu mandato o reforço da implementação do partido na região para o tornar “maioritário” em futuras eleições. “Proponho-me liderar o ciclo político aberto nas últimas eleições autárquicas, onde o PSD passou a liderar quatro municípios, reforçando a implantação na região”, afirmou o recém-eleito líder da Distrital.

Advogado de profissão, o novo presidente da Distrital de Évora do PSD tem 42 anos e, atualmente, é chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PSD e deputado eleito pelo partido na Assembleia Municipal de Évora.

Francisco Figueira, que iniciou funções após o ato eleitoral, disse que pretende trabalhar “diariamente para merecer a confiança” dos eleitores do distrito de Évora para “tornar o PSD maioritário”.

“O PSD é a força política que traz um novo tempo, onde os alentejanos estão já a concentrar o seu voto, de forma a construirmos uma região mais próspera, mais justa e com oportunidades para todos”, salientou.

O novo líder dos sociais-democratas de Évora prometeu também exigir que “o país concretize os desígnios impostos pela indispensável coesão territorial” e tentar “inverter o declínio que os últimos 30 anos de hegemonia socialista não inverteram”.



Francisco Figueira é quadro bancário, desde 2006, sempre na área jurídica, depois de se ter licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, com uma pós-graduação em Direito Bancário e em Legística e Ciências da Legislação. Entre outros cargos em instituições e associações, também é membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados Portugueses e presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação

Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP).

Os novos órgãos do PSD de Évora contam com os quatro Presidentes de Câmara eleitos pelo partido no distrito (Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa) e com a antiga líder da estrutura social-democrata e deputada eleita por este círculo eleitoral, Sónia Ramos.



# JOÃO MOURA REELEITO PRESIDENTE DA DISTRICTAL DE SANTARÉM DO PSD

**João Moura foi reeleito, sábado, 26 de novembro, Presidente da Comissão Política Distrital de Santarém, com 75% dos votos (766), tendo 23,5% (240) dos militantes votado no candidato adversário, Jorge Gaspar.**

Com um total de 1.039 votantes, num universo de 1.456 militantes capacitados para votar no distrito de Santarém, a Lista A, liderada pelo deputado e Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, João Moura, venceu também a eleição para a Mesa da Assembleia Distrital, com 763 votos contra 247, reelegendo a também deputada e presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior, Isaura Morais.

João Moura quer, neste mandato, continuar a “tentar potenciar o que a região tem de melhor”, aproveitando a sua “enorme potencialidade” e contrariando a divergência que o distrito tem vindo a revelar em relação ao resto do país.

“A proximidade a Lisboa tem de deixar de ser uma ameaça e passar a ser uma oportunidade”, disse, salientando o lema da sua candidatura “Afirmar a região”.

Por outro lado, afirmou querer prosseguir o trabalho político que permitiu a conquista de mais autarquias em 2021, iniciando a preparação para o ciclo político autárquico de 2025.





# PSD REATIVA TRÊS SECÇÕES DO BRASIL

**O PSD acompanha a dinâmica das comunidades portuguesas, através de Secções e Núcleos organizados nos principais países e áreas consulares.**

No Brasil, entre 24 e 28 de novembro de 2022, o PSD reuniu as assembleias de Secção do PSD de São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, para eleger os respetivos órgãos partidários. São as estruturas do PSD mais importantes na América do Sul.

Há cerca de cinco anos que não se realizavam eleições nestas

Secções, com a evidente perda de apoios junto destas comunidades de portugueses e de lusodescendentes.

Estão agora criadas as condições mínimas para recuperarmos a capacidade de mobilização de que já dispusemos no passado e, se possível aumentá-la.

A captação de novos militantes, particularmente jovens e mulheres, a aproximação ao movimento associativo e a inovação das práticas políticas serão objetivos a desenvolver nos próximos anos, num trabalho que será articulado entre as estruturas nacionais e locais do PSD.





# PARLAMENTO EUROPEU APROVA RELATÓRIOS PARA FORTALECER AS PRÓXIMAS GERAÇÕES

O Parlamento Europeu deu luz verde aos dois relatórios do eurodeputado social-democrata José Manuel Fernandes, um sobre o “Sistema de recursos próprios da União Europeia” e outro sobre a “Estratégia de contração de empréstimos para financiamento do “Next Generation EU””. Os relatórios focam-se no instrumento financeiro que permitiu a criação dos Planos de Recuperação e Resiliência, o “Next Generation EU”.

O relatório sobre o “Sistema de recursos próprios da União Europeia” aborda a criação de novas receitas para o orçamento da União que se destinam, entre outras finalidades, ao reembolso da dívida do “Next-Generation EU”, introduzindo três novas fontes de receitas para o Orçamento da UE: uma parte das receitas das vendas em leilão do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, as receitas da venda de Certificados do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço e um recurso próprio baseado no acordo OCDE/G20 sobre o «primeiro pilar» no domínio da tributação das multinacionais.

Segundo o relator e coordenador do grupo do Partido Popular Europeu na Comissão dos Orçamentos, José Manuel Fernandes “Mais do que nunca, precisamos de novas receitas para o orçamento da UE: temos de pagar a dívida resultante dos Planos de Recuperação e Resiliência, ajudar a reconstrução da Ucrânia e financiar novos programas que garantam a autonomia da UE. Só com mais receitas próprias da UE podemos aliviar o esforço financeiro das famílias, das empresas e dos orçamentos nacionais. A introdução destes recursos próprios é vital para reembolsar as dívidas contraídas ao abrigo do instrumento Next Generation EU, sem para isso sacrificar os programas atuais e futuros da União Europeia.” E acrescenta “a partir de 2027, o reembolso da dívida é superior a 15 mil milhões por ano (10% do orçamento da UE), o que, na ausência de novas receitas, conduzirá a um corte significativo dos fundos europeus, na agricultura e nos fundos de coesão, o que afeta negativamente países como Portugal. As novas receitas devem estar alinhados com as prioridades

políticas da UE, nomeadamente o combate às alterações climáticas, contribuir para a justiça fiscal, a competitividade da UE e uma concorrência leal”.

O relatório foi aprovado com 440 votos a favor, 117 contra e 77 abstenções, aguardando agora a decisão por unanimidade do Conselho da União Europeia e a ratificação de todos os Parlamentos Nacionais, segundo as respetivas normas constitucionais.

O segundo relatório sobre a “Estratégia de contração de empréstimos para financiamento do “Next Generation EU””, avalia positivamente a capacidade de financiamento da Comissão Europeia para financiar este programa, insta a Comissão a aplicar “medidas de auditoria sólidas para assegurar a correta execução do mesmo”, alerta ainda para o prazo das transferências dos pagamentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aos Estados-Membros “dia 31 de dezembro de 2026” defendendo que este prazo pode ser alargado bastando para isso a maioria qualificada e não a unanimidade do Conselho da UE

como insiste a Comissão. Para o relator, José Manuel Fernandes “o mais importante é não sobrecarregar as pessoas e as empresas com mais impostos nem castigar as próximas gerações com cortes nos programas da UE. Quem não paga deve pagar, e aqueles que mais beneficiam do mercado interno devem ser os que mais contribuem.”

O relatório foi aprovado com 474 votos a favor, 80 contra e 78 abstenções. “A decisão está nas mãos do Conselho. Espero que os governantes não adiem e provem que lhes podemos chamar líderes. A reconstrução da Ucrânia e o financiamento da autonomia estratégica da UE são urgentes. A energia, a segurança, a saúde e a proteção civil são áreas que necessitam de projetos comuns. É urgente darmos conectividade segura a todo o planeta, produzir chips e capacidade militar. Não financiar coletivamente estas áreas tem um preço alto que os cidadãos europeus acabam sempre por pagar. “, conclui José Manuel Fernandes.





## As novas receitas devem estar alinhados com as prioridades políticas da UE, nomeadamente o combate às alterações climáticas

### Álvaro Amaro, relator do PPE para a reforma da Indicações Geográficas, apresenta emendas à proposta de regulamento

Álvaro Amaro, relator do Partido Popular Europeu para o regulamento relativo às indicações geográficas da União Europeia para o vinho, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas, e aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas, submeteu hoje as suas emendas à proposta de regulamento da Comissão Europeia.

As emendas apresentadas pelo eurodeputado têm como objetivo aumentar a proteção dos produtos com indicação geográfica (IG), o fortalecimento dos grupos de produtores e a flexibilização dos encargos associados. Também as zonas remotas e desfavorecidas foram salientadas pelo deputado do PSD Álvaro Amaro.

“Em casos devidamente justificados e a fim de ter em conta os condicionamentos naturais que afetam a produção agrícola em determinadas zonas montanhosas ou desfavorecidas, a Comissão fica habilitada a adotar um ato delegado que estabeleça as condições em que o abate pode ser efetuado fora da área geográfica.”

A função do Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO) também foi abordada pelo responsável pela agricultura do PSD no Parlamento Europeu.

“O EUIPO pode - e deve - ter um papel na gestão do sistema das Indicações Geográficas, mas esse papel deve ser limitado às competências que o Instituto da Propriedade In-

telectual já dispõe, nomeadamente na proteção das Indicações Geográficas e a luta contra a falsificação e a pirataria dos produtos IG. Devido a responsabilidade de aprovar novas IGs, analisar cadernos de especificações e os processos de cancelamento permanecer na DG AGRI.”, afirma o deputado.

Devido às suas especificidades e de forma a conservar essas especificações num único documento, foi, ainda, proposto manter o setor do vinho na OCM própria.

A maioria das emendas foram coassinadas pelos deputados do PPE: Norbert Lins, Anne Sander, Christine Schneider, Dan Stefan Motreanu, Franc Bogovič, Gabriel Mato, Juan Ignacio Zoido Álvarez, Peter Jahr e Simone Schmiedtbauer.



**JOAQUIM MIRANDA SARMENTO**

# COM O DINHEIRO DOS OUTROS É MUITO FÁCIL SER SOCIALISTA”

**O PSD acusou o Governo de estar “em roda livre, em deterioração acelerada sob o olhar impávido e a anuência de um primeiro-ministro em clara perda de autoridade”.**

Na sessão de encerramento do debate sobre o Orçamento do Estado de 2023, na Assembleia da República, o líder parlamentar, Joaquim Miranda Sarmento, denunciou a política socialista de empobrecimento, um orçamento “tapa buracos” e de serviços públicos “em colapso quase estrutural devido à inércia do PS para fazer reformas”.

O parlamentar argumentou também que António Costa tem uma estratégia de “esbanjar o dinheiro dos contribuintes” na gestão dos dossiês da TAP e da Efacec. “Não há dúvidas sobre uma conclusão comum a estes dois casos: Senhor Primeiro-Ministro, com o dinheiro dos outros é muito fácil ser socialista”, declarou Joaquim Miranda Sarmento.

O PS rejeitou 97 por cento das propostas de alteração ao Orçamento do Estado, apresentadas pela oposição, o que revela que este é “um Orçamento do Estado do PS e nada mais”, concluiu o líder parlamentar do PSD.

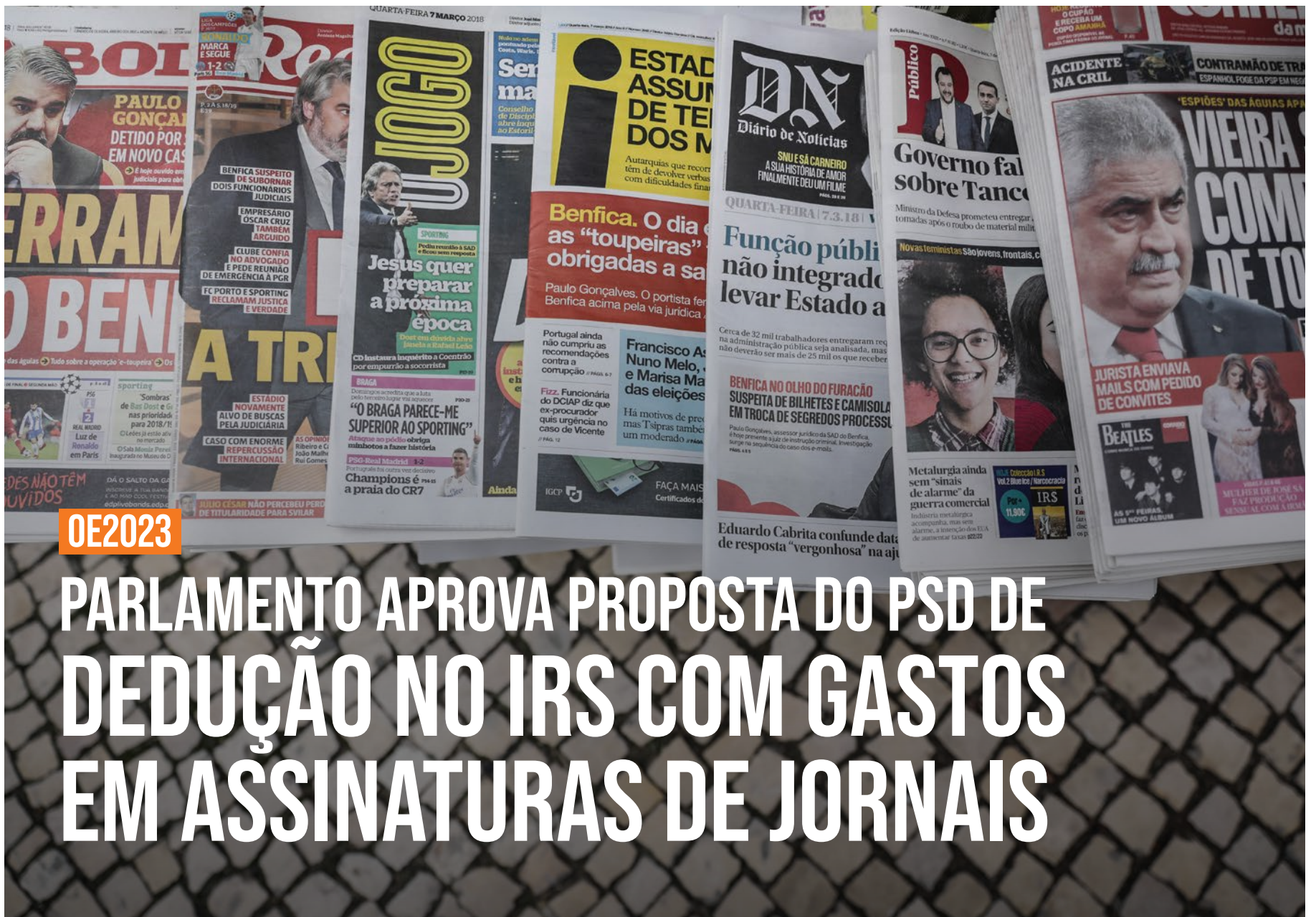
## PSD exige “esclarecimento cabal” do Primeiro-Ministro sobre relações com o Banco de Portugal

O PSD enviou doze perguntas ao Primeiro-Ministro para que este esclareça a intervenção que teve junto de Banco de Portugal nos casos do Banif e de Isabel dos Santos.

Numa declaração aos jornalistas nos Passos Perdidos, na Assembleia da República, dia 23, o Presidente do Grupo Parlamentar, Joaquim Miranda Sarmento, exigiu respostas de António Costa e que as mesmas fossem dadas com a máxima rapidez.

O PSD considera que, no livro baseado nos testemunhos do ex-governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, são feitas revelações sobre a relação de primeiro-ministro com o Banco de Portugal em matéria bancária que necessitam de esclarecimento. “Quais os motivos que levaram o primeiro-ministro a violar de forma tão grosseira a independência do banco central”, questionou o líder parlamentar do PSD.





# PARLAMENTO APROVA PROPOSTA DO PSD DE DEDUÇÃO NO IRS COM GASTOS EM ASSINATURAS DE JORNAIS

**O PSD conseguiu fazer aprovar uma alteração ao orçamento que permite às famílias abater ao IRS parte dos gastos com assinaturas periódicas de jornais e revistas, incluindo as digitais, sendo para isso necessário a respetiva fatura.**

A proposta do PSD aprovada – com os votos contra do PCP e a abstenção do Chega, BE e Livre – veio a ser reformulada pela bancada social-democrata.

A alteração é feita ao artigo do Código do IRS que enquadra as deduções concedidas através da totalidade ou parte do IVA suportado nos gastos de restaurantes, cabeleireiros, oficinas ou passes de transportes.

Segundo o texto aprovado, passa a ser “ainda dedutível à coleta, concorrendo para o limite referido no n.º 1 [250 euros], um montante correspondente à totalidade do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, que conste de faturas relativas a aquisição de assinaturas de publicações periódicas (jornais e revistas), incluindo digitais, tributados à taxa reduzida do IVA, comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira”.

Atualmente, o limite para as despesas com exigência de faturas nas várias atividades contempladas está fixado nos 250 euros.

A proposta do PSD clarifica que são abrangidas por esta dedução as assinaturas periódicas cuja fatura seja passada por empresas com registo de atividade (CAE) em edição de jornais e edição de revistas e de outras publicações periódicas.

No debate, Carla Madureira, a deputada do PSD, justificou esta proposta com a urgência de “contribuir para o fortalecimento da imprensa nacional”, pretendendo inicialmente os sociais-democratas que fosse “dedutível à coleta a aquisição de assinaturas de publicações periódicas até ao montante máximo de 150 euros”.



# CÂMARA DE FAMALICÃO APROVA ORÇAMENTO DE 139 MILHÕES DE EUROS

**A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão aprovou no dia 24, com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP, o orçamento para 2023, de cerca de 139 milhões de euros. Em relação a este ano, o Orçamento cresce cinco milhões de euros.**



Para o Presidente da câmara, Mário Passos, o município tem gerido as suas contas “com muita responsabilidade”, o que “tem permitido manter uma eficiência financeira alta” e “dado elasticidade para responder, com eficácia e sem prejuízo das dinâmicas instaladas, às conjunturas pouco favoráveis”.

O autarca destacou uma descida da taxa de IMI no município, que passa de 0,35% para 0,34%.

“A solidez das nossas contas permite-nos dar mais este passo, beneficiando diretamente as famílias famalicenses numa altura em que a inflação é uma preocupação”, referiu, recordando que a autarquia, a propósito da covid-19, já tinha baixado a taxa de IRS de 0,5% para 0,45%, um valor que se vai manter em 2023.

Com estas duas reduções, o município deixa de arrecadar 1,3 milhões de euros.

Do valor total do Orçamento, 9,5 milhões são provenientes de fundos comunitários, ainda relativos a projetos aprovados no âmbito do Portugal 2020, como nos casos da reabilitação da Estação Rodoviária, da requalificação e recuperação hidrográfica da Bacia do Ave e da conclusão de projetos estruturantes desenvolvidos nos últimos anos, como a requalificação do Centro Urbano e a construção da rede de ciclovias urbanas.

Ao nível de novos financiamentos comunitários, o município destaca a construção das novas unidades de saúde familiar (USF) de Joane e S. Miguel-o-Anjo, em Calendário, e o início da operação tendente à construção da residência universitária.





A despesa corrente cresce 12 milhões de euros, o que a câmara explica pelos impactos dos aumentos dos preços, nomeadamente os custos energéticos, pela transferência de competências, pelas novas responsabilidades assumidas na educação e ação social, pela acomodação dos aumentos salariais, pela valorização remuneratória imposta pela lei e pela admissão dos novos assistentes operacionais.

A câmara sublinha ainda a dimensão da coesão social, “um investimento que dentro de cada setor representa uma resposta às necessidades individuais dos cidadãos, seja com ajudas na habitação, na educação, no ambiente ou outras”.

“Com este exercício, verifica-se que a área social representa o maior investimento do Plano e Orçamento

para 2023 da câmara municipal”, referiu Mário Passos, lembrando a sua garantia de que “tudo fará para que nenhum famalicense fique para trás”.

Para o autarca, este é um plano que “responde à visão estratégica ‘Famalicão.30’, aos desafios e à incerteza que se avizinham, bem como ao programa prometido aos famalicenses, sem esquecer os grandes desafios de médio e longo prazo para manter Famalicão na rota da competitividade, do sucesso e da cada vez maior qualidade de vida para os cidadãos”.





# CÂMARA DO FUNCHAL APROVA ORÇAMENTO DE 128 MILHÕES DE EUROS PARA 2023

**A Câmara do Funchal, na Madeira, aprovou, dia 22, o orçamento municipal para o próximo ano, no valor de 128 milhões de euros.**

O documento teve os votos favoráveis dos seis vereadores da coligação PSD/CDS-PP, que lidera o município, e os votos contra dos cinco vereadores da coligação Confiança (PS/BE/MPT/PDR/PAN).

Já no que diz respeito às Grandes Opções do Plano, a proposta foi aprovada com a abstenção da oposição.

O presidente da Câmara do Funchal, que já tinha apresentado o orçamento municipal na semana passada, salientou novamente que o documento tem “uma tónica muito grande na área social”.

Pedro Calado recordou que o orçamento contempla um reforço financeiro de 47% nas áreas sociais e de 64% em Educação, o que corresponde a investimentos de 5 ME e de 2,3 ME, respetivamente.

Em matéria de Educação, uma das novidades é o alargamento das bolsas de estudo aos alunos de doutoramento, medida que terá efeitos retroativos ao atual ano letivo (2022/2023) e que implica um investimento municipal de 700 mil euros.

No próximo ano, a autarquia funchalense, a principal da Madeira, vai manter o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) na taxa mínima de 0,3%, o IMI familiar e a não cobrança de derrama.

A taxa de IMI para prédios urbanos pode variar entre os 0,30% e os 0,45%, cabendo aos municípios fixar o valor entre este intervalo.

No que diz respeito ao IRS, o município vai devolver 3% em 2023, mais 0,5% face a este ano, tendo já se comprometido a devolver o limite máximo de 5% em 2025.





Pedro Calado indicou ainda que foram hoje aprovadas alterações ao regulamento de apoio aos medicamentos.

Entre as alterações, o presidente da Câmara destacou a possibilidade de os beneficiários receberem o apoio – que vai de 120 euros a 360 euros por ano – de uma só vez.

Revelou, também, que as pessoas passam a ter de apresentar receita médica para produtos com taxa de IVA a 22%.

O executivo aprovou ainda uma majoração de 10% para cidadãos que sejam vítimas de violência doméstica ou tenham doenças oncológicas e outras patologias.

O autarca explicou que a autarquia tinha oito milhões de euros numa conta à ordem, destinados a projetos que beneficiam de fundos comunitários e que só podem ser pagos em determinadas alturas, tendo, então, decidido aplicar a verba numa conta a prazo de modo a “rentabilizar recursos”.

## O orçamento contempla um reforço financeiro de 47% nas áreas sociais





# CÂMARA DE ÁGUEDA APROVA DESAGREGAÇÃO DE DUAS UNIÕES DE FREGUESIAS

**A Câmara de Águeda deliberou na sua última reunião emitir parecer favorável à desagregação de duas das sete Uniões de Freguesias (UF) daquele município do distrito de Aveiro.**

Segundo uma nota camarária, as freguesias abrangidas por este processo são Águeda, Borralha, Barrô e Aguada de Baixo.

A decisão foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor da coligação “Juntos por Águeda” (PSD/MPT), que lidera o executivo, o voto contra do vereador do CDS-PP e uma abstenção do vereador do PS.

De acordo com a autarquia, as propostas de desagregação já tinham sido aprovadas em reuniões extraordinárias de Assembleia de Freguesia das duas Uniões de Freguesias referidas.

“Esta decisão expressa a vontade popular pela reposição do modelo de delimitação territorial existente antes da reforma da Administração Local de 2012”, refere a mesma nota.

Segundo a proposta apresentada pelas Assembleias de Freguesias, é salientado o cumprimento dos critérios definidos para as desagregações, onde estão descritos ainda os constrangimentos associados à tramitação do processo de criação das UF, no que consideram ter sido um “erro legislativo” que causou “relevantes prejuízos às suas populações”.

De referir que a proposta de desagregação da UF de Barrô e Aguada de Baixo foi aprovada por maioria, pelo órgão deliberativo local, em reunião extraordinária para o efeito, com cinco votos a favor, um contra e três abstenções.

Já a proposta de desagregação da UF de Águeda e Borralha foi aprovada por maioria, com oito votos a favor e cinco abstenções.

Os processos deverão agora ser discutidos e votados pela Assembleia Municipal de Águeda.

Segundo os Censos de 2021, a UF de Barrô e Aguada de Baixo tem 3.088 habitantes e a UF de Águeda e Borralha tem 13.710 habitantes.





## ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2023

# PSD DE GAIA PROMOVEU DEBATE COM A SOCIEDADE CIVIL

O PSD Gaia organizou, no dia 21 de novembro, uma Conferência subordinada ao tema “O Orçamento do Estado de 2023 - Desafios e Contingências”, que teve um painel de excelente qualidade: Joaquim Miranda Sarmiento, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Paulo Núncio, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XIX e XX Governos Constitucionais e Camilo Lourenço, jornalista e comentador.

Na abertura do encontro, que foi muito participada, com quase duas centenas de cidadãos, João de Sousa, ex-administrador da banca, que moderou a conversa informal – como o PSD Gaia lhe chamou – sobre as contas do País, enquadrou o Orçamento de Estado face à conjuntura económica global, alertando para os principais desafios e também para as contingências do futuro próximo, destacando as principais linhas de atuação que poderão mitigar as atuais dificuldades financeiras, económicas e sociais.

Miranda Sarmiento criticou a falta de ambição do Governo, sublinhando que 2023 será mais um ano de estagnação económica. Para o líder parlamentar social-democrata, o Orçamento do Estado mais não é que um “programa” de despesas e receitas, desprovido de quaisquer propostas que deem garantias de estímulo ao crescimento económico. O professor do ISEG considerou ainda que aquele documento contém omissões importantes nos apoios à iniciativa privada e à captação de investimento externo.

Paulo Núncio centrou a sua intervenção na proteção dos mais desfavorecidos, que serão penalizados pela inflação e pelo aumento das taxas de juro. O antigo secretário de Estado assinalou que Portugal tem mais de dois milhões de pessoas no limiar de pobreza. Esperar-se-ia, como tal, mais medidas e sobretudo medidas de maior alcance para corrigir as desigualdades e o empobrecimento do País. O advogado defendeu a revisão dos escalões do IRS, já em 2022 e depois em 2023, como uma das soluções para mini-







mizar o impacto da crise económica e social na classe média. Paulo Núncio estima que com a taxa de inflação prevista para este ano, os portugueses terão uma perda equivalente, pelo menos a um salário, perda que está convicto irá repetir-se em 2023.

Por sua vez, Camilo Lourenço abordou o quadro macroeconómico, com especial incidência para a dívida pública do País e a atuação do Banco Central Europeu (BCE). O jornalista apelou ainda à urgência da redução da dívida pública nacional, tendo em conta que a subida das taxas de juro irá agravar as contas públicas e poderá mesmo levar Portugal a enfrentar novos riscos junto dos credores e dos mercados, como aconteceu em 2011.

Elogiando a ação “enérgica” do BCE no combate à inflação, Camilo Lourenço criticou a demora na decisão de subir as taxas diretoras. Ao mesmo tempo, o comentador explicou, com detalhe, os novos programas de compra seletiva de dívida anunciados pelo BCE, que entende serem de “difícil a aplicação”, embora admita que possam contribuir para



evitar uma mais que previsível “agitação” nos mercados.

Numa segunda metade do encontro, a sessão foi aberta ao diálogo com o público e as perguntas dirigidas aos oradores foram muitas e sobre temáticas muito distintas, desde o ataque dos governos socialistas ao capital até à adoção de medidas populares ou populistas, mas erradas, passando, entre outras, pela dificuldade de comunica-

ção da área social, económica e política não socialista para rebaterem a propaganda do PS, pela inflação provocada pela falta de oferta e não pelo aumento da procura, pela habitação, que carece de decisões estruturais, sobretudo para as famílias e para os mais jovens, pelos desafios na zona euro, também por não dispor de um ministério das finanças comuns, pela emigração dos jovens e dos quadros qualifica-

dos do País, pelo desenvolvimento social e urbanístico do centro das cidades e pelos atrasos nos pagamentos do Estado.

Esta foi a primeira de um ciclo de conferências que o PSD Gaia pretende levar a cabo, para partilhar e debater ideias com a sociedade civil, que irá prosseguir nos próximos meses.



# ORÇAMENTO DO PORTO CONSAGRA PROPOSTAS DO PSD

**O PSD do Porto, presidido por Alberto Machado, considera que o orçamento da autarquia para 2023 encontra-se melhorado e oferece respostas aos problemas concretos dos cidadãos, face à incorporação das medidas que fazem parte do compromisso do PSD com a Cidade e com os portuenses.**

O acordo de governação assinado pelo PSD com o movimento de Rui Moreira, na sequência das eleições autárquicas, em 13 de outubro de 2021, tem cumprido o seu objetivo principal: dar estabilidade aos órgãos municipais e à gestão da autarquia, incorporando ao mesmo tempo medidas estruturais do programa eleitoral do PSD no orçamento do Município do Porto, reforçando o nosso compromisso com o Porto e com os Portuenses.

Em 2023, o orçamento “cresce de forma significativa, mais de 20,9% face a 2022, para 385,8 milhões de euros, pelos encargos da descentralização, mas também pelo aumento do investimento e pela utilização de recursos disponíveis nos Fundos Comunitários”. Nesse sentido, o orçamento “deve responder, neste período de incerteza, ao momento pós-pandémico, à guerra na Ucrânia e à crise inflacionária que atinge famílias e empresas”.

É, neste quadro, que o PSD viu incluídas as suas propostas pelo executivo municipal. Desde logo, a redução da componente municipal

de IRS, ou seja, a participação variável no IRS já foi reduzida em 20%, baixando pelo segundo ano consecutivo, a carga fiscal que incide sobre os Portuenses. De ressaltar, a expansão da rede de creches, concluindo em 2023 a obra em curso e pretendendo iniciar um processo continuado de criação de uma nova creche por freguesia.

Alem disso, há o reforço da dotação orçamental do programa Rua Direita e das verbas previstas para a regeneração urbana, permitindo maior e mais célere requalificação do espaço público e arruamentos, assim como a criação de um projeto-piloto de serviço regular de transporte a pedido, nas zonas de maior impacto social, junto de idosos e comunidades mais vulneráveis.

Por fim, o reforço de verbas para a melhoria da iluminação pública, olhando para a eficiência energética e para a sustentabilidade ambiental, procurando também mitigar as questões de insegurança e a criação de vias partilhadas entre bicicletas, trotinetes, transporte público, automóveis e outros modos de

mobilidade, avaliando a sua eficácia na melhoria da mobilidade.

Todas estas medidas acolhidas fazem parte dos contributos do PSD para 2023, cumprindo o acordo assinado e complementando a ação do Executivo Municipal em matérias que foram a base da estratégia eleitoral do PSD no Porto: a redução da carga fiscal, o apoio à infância e aos mais idosos, a mobilidade e a segurança.

“Não sendo parte do acordo de governação, entre as duas forças políticas, o PSD gostaria de destacar duas medidas que fizeram parte da sua estratégia eleitoral e que se encontram neste documento: a redução do IMI para primeira habitação e o investimento em habitação de rendas acessíveis, respondendo assim a uma necessidade cada vez mais premente da cidade reter os seus”, assinalou o Secção do PSD do Porto em comunicado.

Na reunião da Assembleia Municipal do Porto aprovou, dia 28, o PSD votou favoravelmente o orçamento da Câmara do Porto para 2023.





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CADAVAL APROVA ORÇAMENTO PARA 2023



**A Assembleia Municipal do Cadaval aprovou, dia 26, o orçamento do município para 2023, no valor de 15,7 milhões de euros, superior em um milhão de euros ao de 2022. O Orçamento serve uma população de 14 mil habitantes.**

A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 foi aprovada com 17 votos a favor da maioria do PSD, 10 votos contra do PS e CDU e uma abstenção.

O crescimento do orçamento é justificado com a estimativa de aumento da receita devido à “efetiva subida das faturações”, contrabalançada pela maior “dificuldade de pagamento”.

Para tal contribuem também as novas competências transferidas do Estado para este município do distrito de Lisboa, com um aumento de 16,12% nas receitas correntes e uma redução de 29,63% nas receitas de capital.

Do lado da receita, as de capital deverão assim baixar de 3 milhões de euros para 2,1 milhões de euros, em resultado ainda da diminuição do financiamento comunitário (2,5 mi-

lhões de euros para 1,3 milhões de euros), devido à conclusão de projetos financiados e do próprio programa Portugal 2020.

Estão previstos 13,6 milhões de euros de receitas correntes, mais 1,9 milhões de euros face à de 2022, um aumento impulsionado assim pelas transferências correntes (6,4 milhões de euros para 7,6 milhões de euros) e pelos impostos diretos, a principal fonte de receita que deverá subir de 2,7 milhões de euros para 2,8 milhões de euros.

Os proveitos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) deverão ultrapassar os 1,6 milhões de euros já arrecadados até agosto deste ano, estimou a autarquia, mantendo-se a “evolução positiva do IMI”, motivo pelo qual foi aprovada uma redução da taxa a aplicar sobre os prédios urbanos de 0,365% para 0,360% – o limite mínimo legal é de 0,3% e o máximo de 0,45%.





A autarquia tem ainda previstos descontos de 20, 40 e 70 euros para famílias com, respetivamente, um, dois, três ou mais dependentes.

Deverão também aumentar para 850 mil euros as receitas do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, em resultado da “maior atividade imobiliária”, enquanto as do Imposto Único de Circulação deverão manter-se estáveis, na ordem dos 363 mil euros.

Quanto à despesa, comparando os orçamentos de 2022 e 2023, é expectável uma diminuição da despesa de capital, de 4,5 milhões de euros para 2,5 milhões de euros, dos quais 2,3 milhões de euros são para investimentos, “em virtude de se encontrarem executadas quase na totalidade as maiores obras com financiamento pelos fundos comunitários”.

As prioridades passam pela implementação da Estratégia Local de Habitação (1,5 milhões de euros), estando cabimentados 486 mil euros com aquisição e reabilitação de imóveis para habitação, e pela concretização de intervenções de conservação e valorização do património natural e cultural da Serra do Montejuento (574 mil euros). Estão ainda orçamentados 515 mil euros, dos 2 milhões de euros já investidos, na conclusão dos percursos pedonais Joanes-Casal Cabreira, Murteira-Cadaval e Pragança-Charco.

O município estima também aumentar as despesas correntes de 10,2 milhões de euros para 13 milhões de euros.

“Para tal aumento concorrem as despesas assumidas com as novas competências e a inflação verifica-

da ao longo do ano em bens essenciais ao funcionamento dos serviços”, é justificado no documento, estando a rubrica de aquisição de bens e serviços cabimentada com 5,7 milhões de euros.

Os gastos com pessoal, a rubrica mais pesada da despesa, deverão aumentar de 4,7 milhões de euros para 6 milhões de euros, devido à assunção de competências do Estado na área da Educação e a consequente transição de pessoal não docente para o quadro de pessoal da câmara, à subida do salário mínimo, à valorização das carreiras e respetivas remunerações e ao previsível recrutamento de 17 novos trabalhadores, a juntar-se aos 296 atuais.



# UNIÃO PARA ULTRAPASSAR CONJUNTURA PENOSA



**O Presidente do Governo dos Açores reconhece que “nem sempre é fácil conciliar sensibilidades diferentes” com os parceiros, reiterou a “mudança de paradigma” na governação e propôs um trabalho de união para ultrapassar a conjuntura “penosa”.**

---

“Proponho trabalharmos unidos, para que este tempo mais difícil seja ultrapassado com menos sofrimento, resolvendo problemas e aproveitando oportunidades”, declarou José Manuel Bolieiro, numa intervenção de cerca de 30 minutos no final do debate do Plano e Orçamento da região para 2023, na Assembleia Legislativa, na Horta, dia 23 de novembro.

O social-democrata considerou que a atual conjuntura “não encontra paralelo em anteriores períodos de programação da aplicação dos dinheiros públicos”, devido às consequências da inflação e da guerra na Ucrânia.

“Tem sido um tempo penoso para tudo. Não podemos resolver tudo num só instante e por decreto. A crise afeta-nos a todos. Todos devemos reagir no combate à crise. É admissível que a uns caiba fazer mais do que a outros e a alguns se





justifique ajudar mais”, reforçou.

Sobre o Plano e Orçamento para 2023, José Manuel Bolieiro destacou que vai “apoiar os mais frágeis” e a classe média, exemplificando com o reforço dos apoios sociais e a recapitalização do tecido empresarial através da banca de retalho.

José Manuel Bolieiro elencou várias medidas do governo açoriano, como o aumento do complemento ao abono de família, o lançamento do programa “Novos Idosos”, a comparticipação a 100% dos painéis solares, o início do programa de manuais escolares digitais, a redução fiscal e a Tarifa Açores (que fixa o preço das viagens entre ilhas a 60 euros).

O chefe do executivo dos Açores realçou ainda que, desde a tomada de posse do Governo, em novembro de 2020, foram colocados “mais de 3.200 açorianos no mercado de tra-

balho” e que o “número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego é o mais baixo dos últimos 12 anos”.

Também na região existem “mais 62 médicos no Serviço Regional de Saúde do que há um ano”, recordou.

Manifestando-se “orgulhoso” de liderar uma “governança plural e de alternativa” à do PS, José Manuel Bolieiro salientou que a entrada em vigor do Plano e Orçamento para 2023 é “essencial e inadiável para resolver problemas graves, evitar problemas grandiosos e aproveitar oportunidades”.

“Nem sempre é fácil conciliar sensibilidades diferentes, visões distintas, opiniões divergentes, mas o diálogo é e tem sido o nosso melhor método para aperfeiçoar ideias iniciais”, afirmou, acrescentando que “quem afirma que esta solução de governo está a governar para so-

breviver é porque nunca foi capaz de dialogar”.

O Presidente do Governo dos Açores aludiu também à anterior governação do PS, que “governou em maioria absoluta” com “muita intransigência e arrogância”, o que contribuiu para que os “Açores tenham ainda dos piores indicadores sociais do país”.

“Hoje, pelo contrário, o que se tem testemunhado é que todos se sentem mais livres para assumirem frontalmente as suas opiniões e manifestarem as suas preferências e as suas discordâncias”, assinalou.

Destacando que o Governo Regional está a realizar uma “mudança de paradigma” na saúde, na educação e no combate à pobreza, José Manuel Bolieiro revelou ainda que o executivo vai realizar um estudo para “conhecer o sobrecusto dos cuidados de saúde nos Açores re-

lativamente aos custos-padrão” no continente.

Segundo disse, o estudo pretende ser um “útil argumento para a futura revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

“Trabalhamos muito no presente, nem sempre ajudados pelo passado, mas queremos deixar melhor herança para a próxima geração. O tempo vai provar que os Açores estão agora a mudar para melhor”, assegurou.

O Orçamento dos Açores para 2023, de cerca de 1,9 mil milhões de euros, está a ser debatido no plenário da Assembleia Legislativa Regional.



## FLORES

# INVESTIMENTOS AVANÇAM DEPOIS DE UMA DÉCADA DE ABANDONO PELO PS

**O deputado do PSD/Açores, Ricardo Vieira, saudou hoje o nível de investimento previsto, assim como dos projetos em andamento, pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) nas Flores, “depois de a ilha ter estado uma década ao abandono, enquanto os executivos do PS prometiam muito, mas executavam pouco”.**

“Com este Governo Regional foram executados nas Flores, só em 2021, mais de 21 milhões de euros. Ou seja, mais do dobro do investimento público executado pelo PS, por ano, nos últimos dez anos, altura em que a ilha esteve mesmo ao abandono”, afirmou.

“Neste Plano Regional para 2023, o Governo da Coligação tem investimento previsto e executado para as Flores em todas as áreas de governação. Já nos mandatos de maioria absoluta, o PS prometia milhões, mas executava tostões e é por isso que a ilha das Flores foi a única que divergiu da média regional no que concerne aos indicadores socioeconómicos”, avançou.

Ricardo Vieira elencou assim “a conclusão da Ponte Cais, no Porto Comercial das Lajes das Flores, confirmando a calendarização e o compromisso da Secretária Berta Cabral, assim como a conclusão da requalificação do Porto das Poças, melhorando as condições de operacionalidade e segurança da infraestrutura e a aquisição de uma grua. A que se juntam a construção do centro de atividades de tempos livres e o Centro de Dia Especializado, nas Lajes, e a requalificação da Creche “O Girasol”, no Centro de Bem-Estar Social da Paróquia de Santa Cruz”.

“Muito mais haverá, com certeza, a fazer. Mas sabemos que, com este Governo Regional, será feito”, atalhou o deputado social-democrata.



Sobre os falhanços da governação anterior, Ricardo Vieira não esqueceu à requalificação do Centro de Saúde das Flores, “alvo de uma operação cosmética levada a cabo pelo PS, no final do mandato anterior, e que agora sim está a ser alvo de merecida atenção por este Governo Regional, também pela maior dotação de recursos humanos, com concursos para 2 médicos de família, 2 fisioterapeutas, e 4 enfermeiros”, disse.

Outra reivindicação antiga do Conselho de ilha é o caminho Florestal do Rochão do Junco, “que nunca mereceu a atenção dos governos anteriores, e que consta neste Plano para 2023”.

“Os florentinos sabem com quem podem contar, e contam com este Governo Regional. Somos uma ilha pequena, mas nunca seremos pequenos em ambição”, concluiu o deputado do PSD/Açores.





# JORNADAS PSD DA MADEIRA CONGRATULA-SE COM ORÇAMENTO REGIONAL

**O PSD/Madeira congratulou-se com a proposta de Orçamento Regional para o próximo ano, defendendo que se distancia do Orçamento do Estado para 2023 (OE2023), através do qual o Governo nacional confirma que está contra a região.**

O Conselho Regional do PSD/Madeira, reunido dia 26 de novembro no concelho da Calheta, aprovou, por unanimidade, um conjunto de conclusões, entre as quais a congratulação com a proposta de Orçamento Regional para 2023 (que será discutida em dezembro na assembleia legislativa).

Os social-democratas salientam que a proposta de orçamento do executivo madeirense, de coligação PSD/CDS-PP, “mantém a estratégia de desagravamento fiscal, assume o apoio social como prioridade absoluta, aposta decisivamente nas áreas da saúde e da educação e garante, ao mesmo tempo, as bases para que a região prossiga o seu crescimento económico, através de

medidas concretas de apoio ao tecido empresarial”.

Na perspetiva do PSD, o Orçamento Regional “prioriza também a inovação, a sustentabilidade ambiental, a modernização administrativa e a valorização das carreiras profissionais da administração pública regional, assegurando simultaneamente o rigor e a boa gestão das finanças públicas”.

“Princípios que fazem com que este Orçamento Regional se distancie, em toda a linha, do Orçamento do Estado para 2023, aprovado ontem [sexta-feira], através do qual, pese embora a ilusória e curta abertura para o diálogo, o Governo da República veio confirmar que está contra

a Madeira”, lê-se na nota com as conclusões do Conselho Regional.

A proposta de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2023 é de 2.071 milhões de euros, enquanto o Plano de Investimento está orçado em 775 milhões de euros.

O novo desagravamento fiscal em sede de IRS nos 3.º e 4.º escalões, previsto para o próximo ano, terá um impacto de 17,5 milhões de euros. As despesas previstas em saúde e educação totalizam 855 milhões de euros, o que corresponde a mais de 40% do valor total do documento.

Os social-democratas defenderam que o OE2023 “ignora” as necessidades do arquipélago, “não permite



a igualdade de tratamento das entidades regionais face às nacionais e desrespeita os compromissos assumidos, tais como a implementação do subsídio de mobilidade, o financiamento ao novo hospital ou a ligação marítima entre a Madeira e o continente”.

Esta postura, acrescentaram, tem a “convivência e a subserviência habitual dos deputados socialistas eleitos pela região à Assembleia da República”.

Por outro lado, o Conselho Regional sublinhou a abertura e o acolhimento por parte do PSD nacional “das legítimas pretensões da Madeira quanto à urgente revisão constitucional, consubstanciadas numa proposta global de revisão que, ajustada aos desafios do país, valoriza a autonomia e o seu aprofundamento futuro, a favor da Madeira e dos Açores”.

Os social-democratas lamentaram que “o PS tenha sido o único partido a relegar a autonomia para segundo plano, limitando-se a apresentar um projeto simplista e redutor que ignora as regiões e que apenas vem confirmar o espírito e a visão centralista com que governa Portugal”.

O Conselho Regional do PSD enalteceu ainda “o extraordinário trabalho” que tem sido desenvolvido pelo executivo madeirense, destacando “as medidas em curso dirigidas aos cidadãos, às famílias e às empresas para minimizar os impactos da crise decorrente da guerra na Europa”.

A reunião contou com a presença do Presidente do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, também líder do Governo Regional, que sublinhou que o partido tem de vencer “de forma contundente” as eleições regionais de 2023.

“Para bem do nosso povo, da autonomia e do desenvolvimento integral da Madeira”, afirmou, citado no comunicado.

## Nove milhões de euros para recuperação de cirurgias

O PSD da Madeira enalteceu que o Orçamento da região autónoma para 2023, no valor de 2.071 milhões de euros, canalize 9 milhões para o projeto de recuperação de cirurgias, agora designado Programa Especial de Recuperação da Atividade Clínica.

“Este novo programa, de uma forma mais abrangente, engloba não só a recuperação das cirurgias, mas também a restante atividade clínica que foi adiada em virtude da pandemia que também nos atingiu, obrigando à tomada de medidas que evitassem a perda de vidas”, explicou a deputada social-democrata Conceição Pereira.

Citada em comunicado após uma reunião do grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa com a administração do Serviço de Saúde da Madeira (Sesaram), Conceição Pereira esclareceu que o Orçamento da região para o próximo ano afeta mais quatro milhões do que em 2022 para o agora designado Programa Especial de Recuperação da Atividade Clínica (PERAC).

A deputada social-democrata salientou, por outro lado, que o “regresso à normalidade” após as medidas de contingência face à covid-19, assim como o “investimento da digitalização do serviço de saúde” e a “contratação de mais recursos humanos e aquisição de novos equipamentos”, a par da “melhoria das infraestruturas”, resultaram num “acréscimo significativo” da realização de cirurgias, de consultas e de exames complementares de diagnóstico.

“O reforço da dotação orçamental ao nível da recuperação das cirurgias é uma evidência da prioridade que o Governo Regional tem dado à saúde dos madeirenses”, lê-se no comunicado.

As propostas do Orçamento da Madeira (2.071 milhões de euros) e do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região (775,1 milhões de euros) para 2023 vão ser discutidas e votadas entre 12 e 15 de dezembro na Assembleia Legislativa.







# Povo livre

**PSD** PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Director interino: Pedro Roseta

Numero 260  
11 Julho 1979  
Preço: 7\$50  
Sai às  
Quartas-feiras

## UMA NOVA MAIORIA PARA UM NOVO PODER POLÍTICO



● *Leia, neste número, o texto integral do Acordo de Cooperação, em 12 pontos, assinado no passado dia 5 entre o PSD, o CDS e o PPM, visando criar um novo poder político democrático, capaz de pôr termo à crise de indefinição, identidade e desorientação que o País vive desde 11 de Março de 1975*

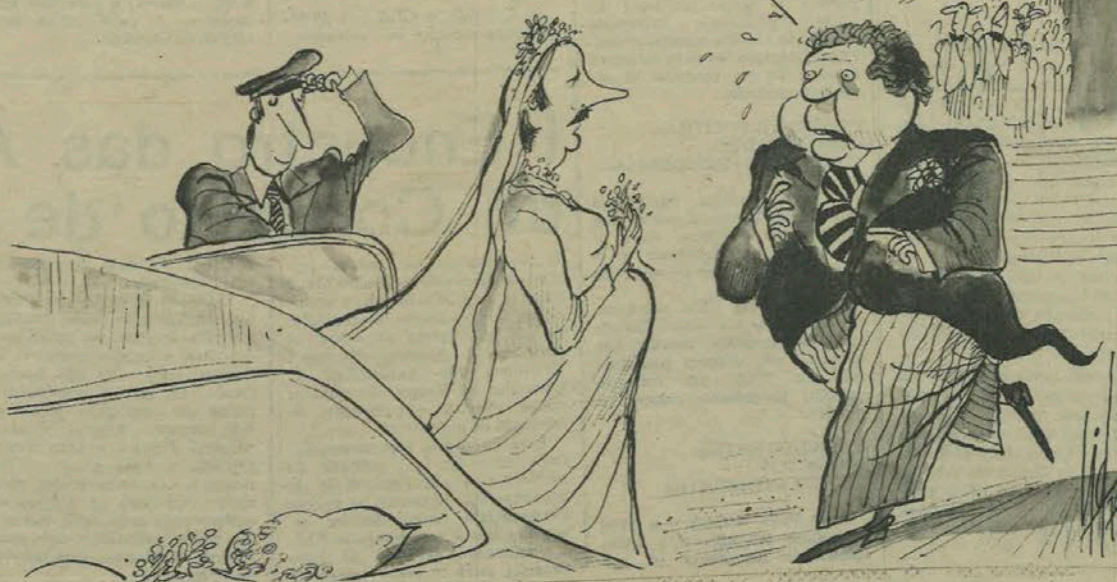
PAGINA 2

NOVAS VITÓRIAS  
DOS  
TRABALHADORES  
SOCIA  
DEM  
AS

PAGINA 16

ANÇA  
ÁRIA  
ctos  
blemas  
ma  
mentosa  
estão  
PAGINAS 4 e 5

DESCULPA **ASDINHA**, MAS NÃO POSSO  
ACEITAR ESSA TUA RIDÍCULA EXIGÊNCIA  
DE NOS CASARMOS NOS JERÓNIMOS SÓ  
PORQUE ESTÁ MAIS PERTO DE **BELEM!!**



EDIÇÃO N.º 260 do “Povo Livre” | de 11 de julho de 1979

“Uma nova maioria para um novo poder político”.

O PSD/PSD, o CDS e o PPM assinavam, no dia 5 de julho de 1979, um acordo de cooperação que pretendia “criar um novo poder político democrático, capaz de pôr termo à crise de indefinição, identidade e desorientação que o País” vivia desde 11 de março de 1975. Eram os primeiros passos da constituição da Aliança Democrática (AD), a coligação eleitoral impulsionada por Francisco Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles, que concorreria às eleições legislativas de 1979 e 1980, obtendo, em ambos os atos eleitorais, a maioria absoluta.



# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

## SECÇÕES

### VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do Partido Social Democrata, convoca-se a reunião ordinária da Assembleia de Secção de Valongo para o próximo **dia 20 de dezembro (terça-feira) de 2022, pelas 21H00** na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880, Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Plano de atividades do PSD-Valongo para 2023;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade  
do PSD



Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE  
AO PL ANTERIOR 23/11/22

### CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD aplicáveis, convoca-se Conselho Distrital Extraordinário da JSD de Bragança para reunir no próximo **dia 3 de Dezembro de 2022, pelas 14h30**, na Praça da Sé, nº16, 5300-265 em Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da atividade da Comissão Política;
- 2 - Análise e discussão da situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos.

### CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém para reunião no próximo **dia 7 de janeiro de 2022, pelas 10h00**, no Centro de Estudos de Fátima, sito na Rua do Planalto do Sol, 2495-651 Fátima, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos delegados (5) da JSD à Assembleia Distrital do PSD Santarém;
- 2 - Informações;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

NOTA:

O acto eleitoral realizar-se-á entre as 10h30 e as 12h30, devendo as listas de candidatos ser enviadas ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos (31/12) através do e-mail ricardojmcarlos@gmail.com

### MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no **dia 17 de dezembro de 2022, (sábado), pelas 15:00H**, no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º Andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação Política Local, Regional e Nacional;
- 2 – Outros assuntos.

### NESD FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da mesma instituição para reunir **dia 15 de dezembro, das 18 às 19 horas**, na Sala 8.02.06, Campo Grande 016, 1749-016 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único - Eleição da Direção e da Mesa do Plenário do NESD Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Ensino Superior da JSD Distrital de Lisboa, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá no local supracitado.